

# domingo

domingo@folha.com.br

FLPR 00 33

## Em debate, a reforma do Código Florestal

Ruralistas e ambientalistas discordam entre si das mudanças previstas para o código brasileiro. Aqui, eles discutem seus pontos de divergência e de concordância

Ficou para março a votação do projeto de conversão que altera o Código Florestal. Um acordo feito de última hora entre a Casa Civil, a oposição e os parlamentares ruralistas, por pressão de entidades ambientalistas, garantiu a nova votação e, conseqüentemente, mais uma rodada de negociações.

A proposta de reformulação do Código Florestal, elaborada pelo deputado Moacir Michelato (PMDB-PR), que seria votada no Congresso, permitia a um fazendeiro compensar a perda de área da reserva legal em sua propriedade com a compra de uma outra terra, que teria de ser mantida intacta para cumprir a exigência. Essa nova área poderia ser até fora do Estado da fazenda, mas deveria estar na mesma bacia hidrográfica. O fazendeiro poderia também arrendar parte de reserva legal de outra pessoa. O deputado sugeriu que a recomposição por plantio ou regeneração natural ocorra a cada triênio, numa área equivalente a 1/30 da área total.

No caso de plantio, a proposta permite que sejam utilizadas espécies exóticas, como o eucalipto e árvores frutíferas, para recompor a reserva legal. Criticada pelo ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, a proposta de anistiar proprietários que desrespeitaram o código antes da aprovação das mudanças foi retirada do projeto de conversão.

Para os ambientalistas, o perdão da dívida ambiental, a redução da reserva legal e sua substituição por pinus e eucalipto, a compensação e a dedução das áreas de preservação permanente são atrocidades contra o meio ambiente.

Já os ruralistas dizem-se protetores ambientais, mas são rotulados de desmatadores pela sociedade.

Para discutir os principais pontos de divergência na lei de conversão do Código Florestal, o *Jornal da Tarde* convidou representantes das duas classes para um debate. Luiz M.S. Hafers, presidente da Sociedade Rural Brasileira, e José de Sampaio Goes, diretor do Departamento de Meio Ambiente da Sociedade Rural Brasileira, representantes dos ruralistas, debateram sobre o assunto por quase três horas, na semana passada, com João Paulo Capobianco, do Instituto Socioambiental; Mário Mantovani, da SOS Mata Atlântica, e Roberto Kishinami, do Greenpeace.

### Atualização

O Código Florestal em vigor é de 1965 e precisa ser atualizado. O código foi alterado por meio de Medida Provisória em 1996, na tentativa de conter os desmatamentos recordes, registrados em imagens de satélite de 1995, quando a Amazônia perdeu 29 mil km<sup>2</sup> de florestas num só ano. A MP ampliou o limite das reservas florestais legais, dentro de propriedades rurais, de 50% para 80%, na Amazônia, e de 20% para 50% no restante do País. Desde 1996, a medida foi reeditada cerca de 40 vezes. Mas um outro projeto de lei foi proposto na Comissão Mista do Congresso, que o discutiu apenas com lideranças ruralistas. Foi esse texto que quase foi a vo-

tação no dia 23 de novembro e é motivo dos atuais protestos das ONGs (Organizações Não-Governamentais).

### Expansão agrícola

Tentando encontrar pontos de convergência, ambientalistas e ruralistas concordaram que a lei precisa ser mais flexível, e adequar-se às diferentes regiões. Concordaram também que Mata Atlântica e Floresta Amazônica devem ser totalmente preservadas. A discórdia foi total no que se refere ao cerrado, segundo maior bioma brasileiro, que, segundo dados dos ambientalistas, teve cerca de 80% de sua cobertura devastada.

Dados do Instituto Socioambiental mostram também que a produção agrícola cresceu 14% nos últimos dez anos e que a área agricultável utilizada diminuiu 12%. Portanto, segundo Capobianco, não seria necessário converter mais área de floresta para produção agrícola. Hafers não concorda e diz que precisa derrubar mais áreas de cerrado para garantir a produtividade agrícola.

Veja a seguir os principais trechos do debate:

**JT - O ponto principal de divergência é o quanto deve ser preservado. Há algum outro ponto que seja mais importante do que esse?**

**Luiz Hafers** - Nós, agricultores, que afinal de contas somos ecologicamente responsáveis, estamos na linha de frente, estamos pelejando lá no mato. Mas somos constantemente acusados de irresponsabilidade. Eu acho que isso é um desperdício. Eu discordo do Capobianco em uns 20%, e nós ficamos discutindo esses 20% em vez dos 80%. O que existe na realidade é um choque cultural, ainda que os objetivos sejam muito parecidos.

**JT - Quais são esses 20% em que os senhores divergem?**

**Hafers** - Primeiro, é a atitude. Acho que nós devíamos muito mais desmanchar o conflito do que agravá-lo. Por exemplo, a Rural vai lançar no ano que vem uma campanha muito grande, chamada "Fogo e Água". Nós somos vítimas do fogo e vítimas da destruição da água. Tenho a impressão de que é um assunto absolutamente convergente. A erosão também é um ponto em que estamos de acordo, só que damos mais importância a isso do que os movimentos ambientalistas.

**JT - Vamos nos concentrar nesses 20% de divergência.**

**Hafers** - Outro problema muito grave é a questão da Amazônia. É muito mais estratégica do que, ecológica. Hoje, todos nós temos absoluta certeza de que podemos fazer uma administração sustentada da Amazônia, extremamente inteligente. Mas ainda existe um conflito muito grande. A agricultura saiu de um sistema patrimonialista de extração, em que se derrubava o mato e ensacava a fertilidade em café e em capim, para uma agricultura de conversão. Hoje, a agricultura de conversão centra-se no cerrado. Outro ponto em que nós discordamos é a maneira de colocar as coisas. Eles dizem que nós queremos aumentar o desmatamento e nós dizemos que eles querem diminuir a área plantada. Hoje, pela lei, é 50 e 20, e a ideia é aumentar para 80 e 50.

**JT - Qual a proposta?**

**Hafers** - 50% na Amazônia. Acho que 50 na Amazônia não vai nem modificar, porque a Amazônia não vai mais ser derrubada pelo simples argumento de que não deve, não pode e não resolve. A grande fronteira agrícola mundial é o cerrado e nós somos os únicos que temos técnica para isso. Então, acho que nós podíamos concordar no que é possível e discutir o que discordamos. Mas somos constantemente atacados e criticados.

**JT - Vocês querem que pinheiros e eucaliptos contem como reserva legal?**

**Hafers** - Eu quero discutir o caso todo. Todo eucalipto e todo pinheiro que você plantar está salvando uma outra árvore. As fábricas de papel foram para o sudeste do Paraná e mantêm a água, os bichos e a regeneração de 30% a 40% da floresta. Mas são criticadas por um deserto verde. Então, eu acho que o excesso de crítica, o excesso de incompreensão, o radicalismo são negativos.

**JT - Mas, qual é a principal divergência, é o quanto preservar?**

**Hafers** - A minha principal divergência é quanto à atitude política. O resto nós acertamos.

**Mantovani** - A atitude dos ambientalistas ou dos políticos que estão em Brasília?

**Hafers** - A atitude dos ambientalistas que, em vez de convencer (é fácil convencer), brigam com a gente. Acho que nós somos mais parceiros do que adversários. Eu quero demonstrar que somos parceiros, não somos adversários.

**Capobianco** - O potencial de parceria é muito grande, mas nós temos divergências reais e essas divergências são fundamentalmente num aspecto que eu acho bastante complexo, que é a dificuldade que o agricultor tem de entender a chamada função da terra. O agricultor, por



**CONCORDÂNCIA:** para ruralistas e ambientalistas, a Floresta Amazônica deve ser totalmente preservada, assim como a Mata Atlântica



**DEVASTAÇÃO:** em 1995, a Amazônia perdeu 29 mil km<sup>2</sup> de florestas



**A ÁREA** agricultável utilizada diminuiu 12% nos últimos dez anos

lista de extração, em que se derrubava o mato e ensacava a fertilidade em café e em capim, para uma agricultura de conversão. Hoje, a agricultura de conversão centra-se no cerrado. Outro ponto em que nós discordamos é a maneira de colocar as coisas. Eles dizem que nós queremos aumentar o desmatamento e nós dizemos que eles querem diminuir a área plantada. Hoje, pela lei, é 50 e 20, e a ideia é aumentar para 80 e 50.

**JT - Qual a proposta?**

**Hafers** - 50% na Amazônia. Acho que 50 na Amazônia não vai nem modificar, porque a Amazônia não vai mais ser derrubada pelo simples argumento de que não deve, não pode e não resolve. A grande fronteira agrícola mundial é o cerrado e nós somos os únicos que temos técnica para isso. Então, acho que nós podíamos concordar no que é possível e discutir o que discordamos. Mas somos constantemente atacados e criticados.

**JT - Vocês querem que pinheiros e eucaliptos contem como reserva legal?**

**Hafers** - Eu quero discutir o caso todo. Todo eucalipto e todo pinheiro que você plantar está salvando uma outra árvore. As fábricas de papel foram para o sudeste do Paraná e mantêm a água, os bichos e a regeneração de 30% a 40% da floresta. Mas são criticadas por um deserto verde. Então, eu acho que o excesso de crítica, o excesso de incompreensão, o radicalismo são negativos.

**JT - Mas, qual é a principal divergência, é o quanto preservar?**

**Hafers** - A minha principal divergência é quanto à atitude política. O resto nós acertamos.

**Mantovani** - A atitude dos ambientalistas ou dos políticos que estão em Brasília?

**Hafers** - A atitude dos ambientalistas que, em vez de convencer (é fácil convencer), brigam com a gente. Acho que nós somos mais parceiros do que adversários. Eu quero demonstrar que somos parceiros, não somos adversários.

**Capobianco** - O potencial de parceria é muito grande, mas nós temos divergências reais e essas divergências são fundamentalmente num aspecto que eu acho bastante complexo, que é a dificuldade que o agricultor tem de entender a chamada função da terra. O agricultor, por

uma questão cultural historicamente construída no Brasil, acha que, a partir da cerca, tudo é dele e ele pode fazer da forma que acha que tem de fazer. Ele tem uma postura de que é o imperador daquele território. O que nós estamos discutindo é que a questão ambiental exige - para que possa ser corretamente equacionada - uma outra concepção do parcelamento do território. O ambientalismo coloca questões novas. Chegamos ao Código Florestal. Por que há uma divergência? A divergência ocorre pelo seguinte. O Código Florestal foi feito inicialmente na década de 30 e depois foi reformulado na década de 60, época em que o ambientalismo...

**Mantovani** - Nem existia.



**“Acho que o problema é basicamente de definição da agricultura hoje, de qual é sua função e qual é seu papel”**

(Roberto Kishinami)

**Capobianco** - Existia para a questão preservacionista. O ambientalismo estava preocupado com parques. O ambientalismo não se preocupava com o dia-a-dia.

**Hafers** - Para você ter uma ideia, eu visitei o Sierra Clube em 1955.

**Capobianco** - O Sierra Clube foi a primeira ONG de São Paulo, fundado no final do século passado. Mas era um ambientalismo voltado para a questão da conservação da natureza em parques nacionais. Quando o código brasileiro foi feito e depois reformulado, foi desenvolvido pelo setor agrícola, não pelos ambientalistas. Não é uma lei de ambientalistas, é uma lei produzida dentro do setor agrícola. Ele foi feito para tentar diminuir o impacto da agricultura predatória, obrigar a proteção da mata ciliar, a proteção de encostas, de topo de morro,

ou seja, cria áreas, obrigatoriamente previstas por lei, que têm de ser protegidas para garantir água e controle da erosão do solo. Além disso, naquela época obrigava que 20% da propriedade fossem a chamada reserva legal. Reserva legal é uma área que o proprietário tem que deixar como área natural. Ele pode explorar, desde que seja de forma sustentável. Não pode eliminar. Com esses 20% de reserva legal e a área de preservação permanente, que são áreas de topo de morro e beira de rio, se o proprietário deixasse isso - que em algumas regiões na média equivale a 25% da propriedade -, nós teríamos no Brasil no mínimo 30% de Mata Atlântica, por exemplo, em São Paulo. Para nós, estava ótimo, perfeito. Se você pega os 30% de cada propriedade e mais os parques, São Paulo estaria com 45%, 50% de floresta. A lei obrigava isso. O que aconteceu? Foi sistematicamente desrespeitada. O processo da expansão agropecuária desrespeitou completamente isso e as propriedades eliminaram essas áreas na sua grande maioria. Só que a lei no Brasil é aquela velha história: a lei é lei. Existe lei? "Eu sou poderoso, sou proprietário rural, tenho a minha associação, tenho deputados".

**Hafers** - Não aceito essa crítica.

**Capobianco** - Posso fazer porque sou agricultor. O que aconteceu? Recentemente, as entidades ambientalistas começaram a entrar na Justiça. Olha só que coisa engraçada: o Código Florestal obrigava a preservação e a lei que obriga a recuperação de quem degradou chama-se lei agrícola, não é lei ambiental. Tem um artigo da lei agrícola que fala da obrigatoriedade de recuperar 1/30 por ano para que em 30 anos se recupere a área degradada ilegalmente. Quando as entidades ambientalistas começaram a entrar na Justiça e começaram a ganhar, nos últimos quatro anos, de repente surge um projeto de lei de conversão do Código Florestal, milagrosamente. Por exemplo, o artigo 44 diz o seguinte: "Fica concedida anistia aos proprietários ou sucessores que estejam respondendo ou não a ação de qualquer natureza ou mesmo a processo admi-

nistrativo, a fim de que passem a cumprir os termos das condições da presente lei, extinguindo-se eventuais obrigações que tenham sido mais rigorosas pela legislação anterior". Nós nos insurgimos e impedimos que essa aberração fosse aprovada pelo Congresso Nacional.

**Hafers** - Proponho que a gente faça uma parceria.

**Capobianco** - Desde que a gente tenha como patamar a lei. Dentro da lei, nós temos que trabalhar juntos, mesmo para melhorar a lei. Mas eu sou agricultor



**“Para ser protegido e respeitado, o meio ambiente precisa se tornar uma atividade econômica”**

(José de Sampaio Goes)

tor e não me sinto representado pela bancada ruralista. Muito ao contrário, tenho vergonha quando dizem que aquela bancada me representa. Acho que aqueles deputados são pessoas absolutamente irresponsáveis. Um deputado que propõe anistia dessa forma é um sujeito que não poderia sequer estar no Parlamento. É uma pessoa irresponsável que, infelizmente, depõe contra a nossa classe de agricultores. O que não dá é a Sociedade Brasileira acordar num dia e descobrir que está prestes a ser aprovado um projeto de lei que destrói o Código Florestal e dá anistia a todo mundo que degradou.

**JT - Dr. Luiz, o senhor concorda com essa anistia proposta pela bancada ruralista?**

**Hafers** - Não. Isso pode ser modificado. Evidentemente, os agricultores são pessoas mais simples. Por exemplo, os 20% que nós temos que manter e mais a beirada do rio, isso é absolutamente indispensável.

Camila Garcia